

Percepção dos Agentes de Governança de Cooperativas de Crédito sobre Mecanismos de Governança, Princípios e Valores do Cooperativismo e Sustentabilidade

Perception of Credit Cooperative Governance Agents on Governance Mechanisms, Cooperative Principles and Values and Sustainability

Paulo Roberto da Cunha

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau
Professor na Universidade Regional de Blumenau e Universidade do Estado de Santa Catarina
Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca
CEP: 89030-903 - Blumenau – SC
Telefone: (47) 3321-0565
pauloccsa@furb.br

Camila Belli Kraus

Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau
Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca
CEP: 89030-903 - Blumenau – SC
Telefone: (47) 3321-0565
kmilabk@gmail.com

Camila Adam

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau
Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca
CEP: 89030-903 - Blumenau – SC
Telefone: (47) 3321-0565
adam.camila11@gmail.com

Cristian Baú Dal Magro

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau
Professor na Universidade Comunitária Regional de Chapecó
Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro Efapi
CEP: 89809-900 – Chapecó – SC
Telefone: (49) 3321-8000
crisbau@unochapeco.edu.br

Resumo

O objetivo do estudo é analisar a percepção dos agentes de governança de cooperativas de crédito sobre os mecanismos de governança, princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade. O estudo foi aplicado com 41 agentes de governança de uma cooperativa de crédito da região Sul do Brasil. Para a análise dos dados, empregou-se a Estatística Descritiva e a Análise de Consenso, a partir do software Microsoft Excel®. Os resultados indicam que de forma geral, os agentes de governança apresentam consenso em relação aos mecanismos de governança, princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade econômica, social e ambiental das cooperativas de crédito. Assim, há indícios de que os agentes de governança percebem que as cooperativas de crédito adotam as diretrizes de boas práticas de governança preconizadas pelo Banco Central do Brasil, aplicam os princípios e valores do cooperativismo

Submetido em 02/09/2023 e aceito em 04/06/2024 por Juliana Molina Queiroz após o processo de Double Blind Review.

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao CNPQ/SESCOOP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Capes – Código de Financiamento 001 e chamada CNPQ/SESCOOP Nº 07/2018 - Processo: 403286/2018-2.

e fazem uso de práticas que preconizam a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O estudo contribui ao ampliar as discussões sobre os mecanismos de governança corporativa relacionados com os princípios e valores cooperativos e a sustentabilidade. Além disso, a partir da investigação é possível traçar um entendimento mais específico das cooperativas quanto os tópicos investigados, possibilitando a formulação de sugestões de melhoria e avanços nas ações de cooperativas de crédito com perfil semelhante ao investigado.

Palavras-chave: Princípios e Valores Cooperativistas. Governança Corporativa. Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental. Cooperativa de Crédito.

Abstract

The aim of the study is to analyze the perception of credit union governance agents on governance mechanisms, cooperative principles and values and sustainability. The study was applied with 41 governance agents of a credit union in the southern region of Brazil. For data analysis, Descriptive Statistics and Consensus Analysis were used, using Microsoft Excel® software. The results indicate that, in general, the governance agents have consensus in relation to the governance mechanisms, cooperative principles and values and economic, social, and environmental sustainability of credit unions. Thus, there are indications that governance agents perceive that credit cooperatives adopt the guidelines of good governance practices advocated by the Banco Central do Brasil, apply the cooperative principles and values, and make use of practices that advocate economic, social, and environmental sustainability. The study contributes by broadening discussions on corporate governance mechanisms related to cooperative principles and values and sustainability. In addition, from the investigation it is possible to draw a more specific understanding of the cooperatives regarding the topics investigated, enabling the formulation of suggestions for improvement and advances in the actions of credit cooperatives with a profile similar to that investigated.

Keywords: Cooperative principles and values. Corporate governance. Triple Bottom Line. Credit cooperative.

1 Introdução

Nos últimos anos a responsabilidade social e a abrangência da governança corporativa vêm apresentando relevância (Cunha et al., 2015; Hohn et al., 2023). O tema governança corporativa tornou-se mais popular após a crise financeira de 2008, em que a falta de uma boa governança corporativa no setor financeiro chamou a atenção do público em geral (Zheng & Kouwenberg, 2019). No entanto, as discussões sobre os mecanismos de governança corporativa ainda são relativamente recentes no Brasil (Davis & Bialoskorski Neto, 2010; Santos et al., 2021).

Quando se discute governança corporativa é importante não dissociar da temática da sustentabilidade, visto que estão interligadas (Bonfim et al., 2015). Conforme descreve Nunes et al. (2016), há uma conexão de mão dupla entre a governança corporativa e a sustentabilidade. Nesse sentido, uma boa governança corporativa só é possível com ações de sustentabilidade eficientes, e vice-versa (Lodhia & Martin, 2014). As práticas associadas à governança corporativa estão vinculadas ao conceito de sustentabilidade, uma vez que se cruzam com as responsabilidades econômicas e ético-sociais das empresas (Zheng & Kouwenberg, 2019).

Ademais, as boas práticas da governança corporativa são reconhecidas por auxiliar no processo de alinhamento de interesses, o que colabora com a preservação e otimização do valor econômico, e conseqüentemente, na continuidade e no bem-comum (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2023), ou seja, no desenvolvimento sustentável das organizações (Maciel et al., 2018). Segundo Hussain et al. (2018), para uma compreensão mais completa da associação entre governança corporativa e sustentabilidade, é necessário investigar

a abordagem do *Triple Bottom Line*, em que os pilares econômico, ambiental e social são tratados de igual forma.

Um ambiente pertinente para a análise da relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade é o do cooperativismo, entendido como um modelo econômico e uma filosofia de vida, porque tem condições factíveis de desenvolver uma região, criar bem-estar social e ser um meio de trazer sucesso, com equilíbrio e equidade (Vronski & Olimpio, 2016). Nesse cenário, em conjunto com a necessidade de uma gestão eficaz, boas práticas de governança corporativa, que respeitem as características específicas do setor ao qual a cooperativa se enquadra, são requisitos importantes (Kyazze et al., 2017). Além disso, as cooperativas apresentam uma estrutura de governança diferente das empresas tradicionais, focada na participação dos cooperados (Cechin et al., 2013). Por fim, as cooperativas estão baseadas nos princípios e valores do cooperativismo que, além de fundamentarem a governança das cooperativas (Santos et al., 2020), preconizam a manutenção da sustentabilidade econômica, ambiental e social dos cooperados e da cooperativa (Organização das Cooperativas do Brasil [OCB], 2016; Tres et al., 2022).

Nos últimos anos o cooperativismo apresentou considerável crescimento. Por exemplo, segundo o International Cooperative Alliance (ICA) (2021), os cooperados representam 12% da população mundial e estão vinculados a mais de 3 milhões de cooperativas ao redor do mundo, que geram mais de 280 milhões de empregos e contribuem para o crescimento econômico e sustentável. De acordo com os dados do Sistema OCB (2021), o cooperativismo, no Brasil, se encontra em vários setores, como o agropecuário, crédito, transporte, trabalho, produção de bens e serviços, saúde, consumo e infraestrutura.

O estudo possui ênfase em cooperativas do setor de crédito por sua relevância no atendimento das famílias brasileiras. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020), as únicas instituições financeiras presentes de forma física em 594 municípios do Brasil são as cooperativas de crédito. Essa abrangência qualifica as instituições financeiras cooperativas como agentes fundamentais de desenvolvimento social e econômico. Existem 827 cooperativas destinadas à prestação de serviços financeiros a 10,7 milhões de cooperados e que empregam 71,7 mil pessoas (Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2020).

Na literatura, o estudo da governança corporativa tem enfoque na associação com os atributos da empresa, como desempenho (Core et al., 1999; Bhagat & Bolton, 2008), divulgação voluntária (Forker, 1992; Eng & Mak, 2003) e gerenciamento de resultados (Xie et al., 2003; Cornett et al., 2008). Algumas pesquisas examinam a relação com a remuneração de executivos de alto escalão (Conyon & He, 2011; Armstrong et al., 2012). No contexto das cooperativas de crédito, os estudos possuem foco na assimetria de informação, conflito de interesse, governança e *compliance*, tanto em estudos internacionais (Oino & Itan, 2018; Kothari, 2019; Ahmed & Rugami, 2019) quanto investigações nacionais (Trindade & Neto, 2014; Sousa Neto & Reis, 2015; Freitas et al., 2016; Jensen et al., 2018).

A partir do exposto, verifica-se a oportunidade de pesquisas, no âmbito das cooperativas de crédito, que explorem simultaneamente três temáticas relevantes: governança corporativa, sustentabilidade e princípios e valores do cooperativismo. Essa investigação acaba permitindo um entendimento mais complexo das cooperativas de crédito, tanto por investigar a sustentabilidade a partir dos três pilares da sustentabilidade, sendo uma abordagem mais contemporânea da responsabilidade social corporativa (Hussain et al., 2018), como por analisar as temáticas a partir da percepção dos agentes de governança, indivíduos com papel central na governança corporativa e nas ações de sustentabilidade das cooperativas, e que tem uma visão muito mais ampla do funcionamento das práticas que são implementadas no dia a dia.

A partir do contexto retratado, tem-se como pergunta norteadora do estudo: qual a percepção dos agentes de governança de cooperativas de crédito sobre os mecanismos de governança, princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade? A partir do problema

de pesquisa, o estudo tem como objetivo analisar a percepção dos agentes de governança de cooperativas de crédito sobre os mecanismos de governança, princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade.

Para cumprir ao objetivo proposto, aplicou-se uma pesquisa de levantamento, que foi realizada com 41 agentes de governança de uma cooperativa de crédito da região Sul do Brasil. A cooperativa estudada atende mais de um milhão de cooperados, operacionaliza aproximadamente R\$ 7 bilhões de reais e detém mais de R\$ 12 bilhões em ativos totais. Quanto a análise dos dados, empregou-se a estatística descritiva e a análise de consenso. Os resultados do estudo indicam que os agentes de governança percebem que a cooperativa de crédito adota as diretrizes de boas práticas de governança preconizadas pelo Banco Central do Brasil, que preza pelos 7 princípios do cooperativismo, e que tem conhecimento da importância da prática de ações sustentáveis.

O estudo é relevante ao trabalhar com um público importante para as cooperativas, que são os agentes de governança, visto que, estes são os guardiões dos princípios de governança corporativa e os principais responsáveis pela aplicação das melhores práticas, atuando como guias (IBGC, 2023). Analisar as percepções desse público é importante para compreender melhor a estrutura das cooperativas quanto os mecanismos de governança, a aderência aos princípios e valores do cooperativismo e a adoção de práticas de sustentabilidade econômica, ambiental e social, visto terem conhecimento importante para responder essas questões.

Ademais, como menciona Santos et al. (2021) e Tres et al. (2022), a literatura tem focado sua abordagem da governança corporativa e a sustentabilidade econômica, ambiental e social em empresas não cooperativas. Desta maneira, o estudo se justifica ao trazer um entendimento das cooperativas de crédito sobre os aspectos investigados, o que permite um entendimento mais específico desse tipo de organização, possibilitando a formulação de sugestões de melhoria e avanços nas ações das cooperativas de crédito com perfil semelhante ao contexto investigado.

2 Revisão da Literatura

2.1 Cooperativismo e Governança Corporativa

O cooperativismo de crédito surgiu para combater a usura do século XIX, por meio de investimentos em uma ordem mais justa, que privilegiasse a concessão de créditos mais compatíveis com a realidade das pessoas (Souza, 1992). Ademais, as cooperativas de crédito têm antecedentes, filosofias e procedimentos operacionais que variam consideravelmente de outras instituições financeiras. Seu sistema é elaborado por meio da colaboração recíproca, com o objetivo principal de fornecer aos seus membros serviços firmados em tratamento equitativo e numa noção de serviço comunitário, em que o relacionamento entre as partes interessadas seja apoiado em princípios cooperativos (Cunha et al., 2023; Hillier et al., 2008).

As cooperativas de crédito possuem uma estrutura democrática e seguem alguns princípios operacionais. Em relação à sua estrutura, aponta-se que a adesão por parte dos cooperados é voluntária e aberta a todos que se encontram dentro de um vínculo comum e que possam fazer uso dos serviços e aceitem as responsabilidades correspondentes. Além disso, há controle democrático, pois os sócios das cooperativas de crédito desfrutam de igual direito e voto, além de possuir participação nas decisões que afetam a cooperativa (Souza, 1992).

Quando se trata dos serviços oferecidos, Souza (1992) aponta que os serviços da cooperativa são direcionados a melhorar o bem-estar econômico e social de seus associados, bem como estimula a economia e concede empréstimos e outros serviços associados a uma taxa de juros mais equitativa. Possuem ainda o retorno aos sócios, provenientes das sobras derivadas das operações da cooperativa.

O setor cooperativista é de suma importância para a sociedade, visto que é responsável por proporcionar a utilização de recursos privados e assumir os riscos correspondentes em prol da própria comunidade onde se desenvolve (Favalli et al., 2020; Jacques & Gonçalves, 2016). Ademais, contribui de forma relevante para o desenvolvimento local sustentável, por permitir iniciativas dos próprios cidadãos, principalmente nos aspectos da criação de poupança e financiamento de iniciativas empresariais, que respectivamente, trazem vantagens em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (Soares & Sobrinho, 2008).

A partir do enfoque da autoridade reguladora, o papel realizado pelas cooperativas centrais na estruturação do cooperativismo de crédito é relevante, porque lhes cabe tarefas relacionadas com a assunção total de suas funções de apoiadoras e controladoras dos sistemas associados, além das tarefas relacionadas aos assuntos financeiros. Essas medidas são relevantes para o desenvolvimento do sistema, com elevação dos padrões de qualidade, como capacitação de dirigentes, organização de fundos garantidores e produção de relatórios de controle interno (Soares & Sobrinho, 2008).

Assim como as entidades tradicionais, as cooperativas também possuem uma estrutura de governança corporativa. Contudo, a literatura de governança cooperativa é limitada quando comparada a base teórica para as entidades não cooperativas. Apesar disso, no geral, os dois tipos de estruturas de governança, corporativa e cooperativa, se completam e se influenciam (Jansen et al., 2018; Martins & Salgado, 2023).

Os gestores de uma empresa são responsáveis por adotar políticas, implementar normas e mecanismos que conduzem a relação com os investidores e demais *stakeholders* interessados nas atividades corporativas (Bomfim et al., 2015). Esses mecanismos são conhecidos como Governança Corporativa, definida como um conjunto de convenções culturais, instituições e regulamentos que regem a relação entre a administração da empresa e os acionistas ou, entre outros grupos às quais a empresa deve prestar contas (Leal & Camuri, 2008). As boas práticas de governança são consideradas importantes para reduzir o risco para os investidores, atrair capital de investimento e melhorar o desempenho das organizações, especialmente nas economias em desenvolvimento (Wakaisuka-Isingoma et al., 2016).

Os cinco princípios de governança corporativa propostos pelo IBGC (2023) são aplicáveis a qualquer tipo de organização, inclusive cooperativas, sendo: Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade. O conjunto de práticas recomendado pelo IBGC traz princípios abrangentes, que podem ser adaptados conforme as características de cada organização. De forma geral, a governança cooperativa segue em sua estrutura os princípios básicos da governança corporativa e adiciona os valores cooperativistas, como autogestão, senso de justiça, transparência, educação e sustentabilidade (Sistema OCB, n.d.; Soares & Bressan, 2023).

As cooperativas possuem uma estrutura organizacional e objetivos díspares das organizações tradicionais (Santos et al., 2020). Essa configuração faz com que a distribuição dos direitos de propriedade, poder de decisão e ganhos entre os associados sejam diferenciados, o que conseqüentemente influencia na estrutura de governança das cooperativas (Bialoskorski Neto et al., 2012). Por exemplo, na governança tradicional a lógica é uma ação, um voto, enquanto na governança cooperativa, um voto por cooperado (Jansen et al., 2018). Adiciona-se isso, o fato de as cooperativas terem um modelo de governança voltado para seus diversos *stakeholders*, não apenas para os acionistas, ou seja, busca-se contemplar um conjunto maior de interesses (Tosini & Bastos, 2008).

Especificamente nas cooperativas de crédito, adiciona-se o fato de serem instituições financeiras de caráter associativista (Soares & Bressan, 2023). Para tanto, no Brasil, existem mecanismos e controles de governança específicos às cooperativas de crédito, mecanismos estes que foram desenvolvidos pelo BACEN, diferenciando-se do estilo de governança tradicional. As diretrizes para boas práticas de governança cooperativa do BACEN são

divididas em quatro seções: Representatividade e Participação, Direção Estratégica, Conselho de Administração, Gestão Executiva e Fiscalização e Controle.

Dentre algumas diferenças entre os dois tipos de governança (tradicional versus cooperativa), destaca-se que nas cooperativas, a gestão ocorre pelos próprios cooperados, o que implica na não ocorrência do problema de agência ligado a separação entre propriedade e gestão. Contudo, os cooperados vinculados a gestão não necessariamente possuem os mesmos interesses que os demais cooperados. Nesse sentido, a governança cooperativa também possui o papel de regular relacionamentos, mas entre os cooperados gestores e não gestores (Bacen, 2008). De acordo com Kyazze et al. (2017), o monitoramento e o controle das ações gerenciais é um aspecto fundamental da governança cooperativa, devendo existir a supervisão. De forma complementar, Favalli et al. (2020) indicam que a proteção dos interesses dos cooperados contra qualquer oportunismo gerencial depende de um sistema de monitoramento eficiente, como a implantação de Conselho Consultivo, mecanismo de remuneração, planejamento, auditoria interna etc.

Ademais, Cechin et al. (2013) apontam que as cooperativas são diferenciadas de outras organizações em virtude da participação de seus cooperados na governança. Como aponta Fontes Filho et al. (2008), a participação é entendida como um dos principais pilares da governança cooperativa, visto que a decisão coletiva é uma característica fundamental. Uma governança cooperativa eficaz é determinada pelo efetivo exercício dos cooperados dos seus direitos de propriedade. Por exemplo, quando comunicam seus interesses ao Conselho de Administração e quando supervisionam as atividades deste, responsabilizando suas decisões (McKillop & Wilson, 2015).

Quando se trata de cooperativas do ramo de crédito, a governança possui um papel central no monitoramento dos gestores, a fim de proteger os interesses dos associados (Jansen et al., 2018). O Conselho de Administração desempenha um papel considerável na governança corporativa, pois monitora os principais executivos e ajudam a definir os objetivos estratégicos gerais da empresa (Johnson et al., 1996). Portanto, um Conselho de Administração bem composto e eficaz é geralmente considerado um reflexo da boa governança corporativa (Elkington, 2006; Aras & Crowther, 2008).

Apesar de algumas diferenças entre o modelo de governança tradicional e o cooperativista, principalmente para atender as singularidades das cooperativas, há elementos comuns, como a existência das Assembleias Gerais, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditorias Interna e Externa, separação entre conselho (função estratégica) e diretoria (função executiva), código de conduta. (IBGC, 2023; Jansen et al., 2018).

2.2 Princípios e valores do Cooperativismo

A governança cooperativa está fundamentada nos princípios e valores do cooperativismo (Santos et al., 2020). Os princípios cooperativos são diretrizes pelas quais as cooperativas colocam seus valores em prática. De acordo com o *International Co-operative Alliance* (2017), existem 7 princípios e valores que devem ser seguidos pelas Cooperativas:

- 1) Afiliação voluntária e aberta: são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de associação, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa;
- 2) Controle de Membro Democrático: são organizações democráticas controladas por seus membros, que participam ativamente na definição de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres que servem como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos de voto iguais (um membro, um voto) e as cooperativas em outros níveis também são organizadas de maneira democrática;
- 3) Participação econômica do membro: Os membros contribuem equitativamente e

controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Pelo menos parte desse capital é geralmente propriedade comum da cooperativa. Os membros normalmente recebem uma remuneração limitada, se houver, sobre o capital subscrito como condição para ser membro;

4) Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações autônomas de autoajuda controladas por seus membros. Se eles entrarem em acordos com outras organizações, incluindo governos, ou levantarem capital de fontes externas, eles o farão em termos que assegurem o controle democrático de seus membros e mantenham sua autonomia cooperativa;

5) Educação, treinamento e informações: as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados, para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral sobre a natureza e os benefícios da cooperação;

6) Cooperação entre cooperativas: servindo seus membros da maneira mais eficaz e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais;

7) Preocupação com a comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus membros.

O contexto socioeconômico da cooperação dentro do setor cooperativo pode ser implementado com sucesso apenas com base nos princípios e valores cooperativos. Além dos princípios internacionais de cooperação geralmente aceitos, o modelo de longo prazo do setor cooperativo deve ser baseado em princípios nacionais que reflitam suas especificidades. Isso é unidade organizacional e funcional, planejamento, justiça, interação com o estado. A realocação do setor cooperativo para os princípios básicos da cooperação internacional e nacional é relevante porque a orientação de mercado da economia nacional criou condições para a disseminação da cooperação (Ushkarenko & Soloviov, 2020).

Qualquer cooperativa é reconhecida como uma cooperativa apenas quando reconhece os valores cooperativos e todos os princípios do movimento cooperativo, e os segue na prática (Piliaiev, 2019). A importância do princípio de que haja cooperação entre as cooperativas está crescendo no século 21, em conexão com a formação de um sistema não econômico caracterizado pela globalização de todos os aspectos da sociedade. Se as cooperativas pretendem atingir todo o seu potencial, permanecer atraentes em um mundo em constante mudança, elas podem conseguir isso por meio de uma cooperação prática e constante (Ushkarenko & Soloviov, 2020).

2.3 Sustentabilidade econômica, ambiental e social

Os princípios e valores do cooperativismo, descritos anteriormente, propõem, de certa forma, a manutenção do tripé da sustentabilidade (econômica, ambiental e social), tanto numa perspectiva dos cooperados quanto da cooperativa (OCB, 2016; Tres et al., 2022).

A consciência da sustentabilidade aumentou significativamente entre as partes interessadas nas últimas décadas, especialmente após desastres ambientais e episódios de turbulência no mercado. As empresas começam a enfrentar uma pressão crescente para relatar informações não financeiras sobre suas operações (Logsdon & Lewellyn, 2000), dando origem a uma atenção crescente na divulgação de sustentabilidade (Burritt & Schaltegger, 2010).

A ideia de desenvolvimento sustentável vem se aperfeiçoando ao longo dos últimos anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu um conjunto de 17 objetivos para impulsionar o modelo de desenvolvimento sustentável incluso na Agenda 2030 (Bilar et al., 2021). A partir dos estudos de Elkington (2013), estabeleceu-se que a sustentabilidade deve estar diretamente integrada às dimensões econômica, social e ambiental, chamado também de “*triple bottom line*”.

As questões sustentáveis são compostas por três pilares: proteção ambiental,

crescimento econômico e equidade social, pressupondo o equilíbrio. São baseadas nos novos instrumentos gerenciais ligados à responsabilidade social e à sustentabilidade social (Araújo & Russo, 2008). Uma vez que a divulgação da sustentabilidade constitui uma parte estratégica do processo de engajamento dos *stakeholders*, ela está naturalmente relacionada aos conselhos de administração que direcionam ativamente o desenvolvimento e a mudança das estratégias das empresas (Johnson et al., 1996; Westphal & Fredrickson, 2001).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reconhecem que as empresas desempenham um papel fundamental e decisivo, pois são as principais motivadoras do desenvolvimento sustentável e econômico (Naciti, 2019). A execução de metas sustentáveis é um requisito do planejamento da governança corporativa, e demanda medidas estruturais que possuem implicações na constituição da empresa. Por essa razão, é relevante reconfigurar o sistema de governança que foi encarregado de definir e implementar políticas e estratégias de sustentabilidade corporativa (Van Marrewijk, 2003).

Pesquisas têm proposto que a governança corporativa e a sustentabilidade corporativa não podem ser consideradas independentes entre si (Bear et al., 2010). Verificou-se que a ausência de orientações voltadas a governança corporativa promove ações de sustentabilidade corporativa pouco úteis. De outra forma, a governança corporativa não é completamente eficaz sem uma unidade de sustentabilidade corporativa que cumpra às demandas dos *stakeholders* (Lodhia & Martin, 2014). A conexão entre governança corporativa e sustentabilidade corporativa é notadamente de mão dupla. Isso implica uma reconfiguração da governança corporativa. A sustentabilidade corporativa deve estar integrada nas funções da empresa e envolver-se de forma transversal em todos os processos de gestão (Nunes et al., 2016).

3 Procedimentos Metodológicos

O estudo se caracteriza como descritivo, com abordagem quantitativa e de levantamento. A pesquisa foi realizada numa cooperativa de crédito que atende a região Sul do Brasil. O questionário estruturado foi aplicado com 41 agentes de Governança Corporativa (Conselho de Administração; Gerenciamento de Risco; *Compliance*; Auditoria interna; Controles internos; Diretores) da cooperativa de crédito estudada.

O instrumento de coleta de dados fez uso da escala Likert de 5 pontos (1 Discordo totalmente e 5 Concordo Totalmente), sendo aplicado de forma online por meio da plataforma Survey Monkey®. Antes da efetiva coleta dos dados, aplicou-se um pré-teste do constructo com os Responsáveis pela Governança Cooperativa da instituição investigada, que analisaram se as terminologias do constructo estavam adequadas ao contexto das cooperativas de crédito. A coleta de dados ocorreu entre os dias 12 de julho e 16 de agosto de 2021. Os respondentes foram convidados a participar da pesquisa através do e-mail corporativo, cujo convite foi enviado pela própria Cooperativa. Ao todo foram coletadas 81 respostas, das quais 41 foram validadas, visto apresentarem o questionário totalmente respondido.

O instrumento de coleta de dados foi dividido em 3 blocos. O primeiro bloco se refere a percepção dos agentes sobre os mecanismos de governança corporativa da instituição (Davis & Bialoskorki Neto, 2010; OCB, 2016). O bloco se divide em 4 dimensões: Representatividade e Participação, com 23 questões, respondida por todos; Direção Estratégica, com 8 questões, respondida apenas pelo Conselho de Administração; Gestão Executiva, com 11 questões, respondida pelos diretores; e Fiscalização e Controle, com 14 questões, respondida pelos agentes do controle interno, auditoria interna, *compliance* e gerenciamento de risco.

O segundo bloco é referente a percepção dos agentes de governança corporativa sobre os princípios e valores do cooperativismo (Davis & Bialoskorki Neto, 2010; OCB, 2016). O bloco possui 12 questões, que foram respondidas por todos os agentes de governança. O terceiro bloco destina-se a percepção dos agentes de governança corporativa sobre a sustentabilidade

econômica, social e ambiental (Veber et al., 2016; Viana, 2016), sendo: 6 questões para o pilar econômico, 6 questões para o pilar social e 6 questões para o pilar ambiental. As questões sobre a sustentabilidade foram respondidas por todos os agentes de governança. Os constructos da pesquisa estão disponíveis no Anexo. Salienta-se que a pesquisa tomou nota dos aspectos éticos, em que os participantes tiveram seu anonimato garantido e a participação foi voluntária, sem a contratação de qualquer ônus. Além disso, os participantes obtiveram esclarecimento da pesquisa e passaram por um processo de consentimento e assentimento livre e esclarecido da pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva e a análise de consenso, a partir do software *Microsoft Excel*®.

A análise de consenso é utilizada para compreender a opinião de um grupo sobre determinado tema, permitindo identificar se os participantes convergem suas opiniões, havendo consenso, ou se não existe acordo sobre o tema, ocorrendo o dissenso (Tastle & Wierman, 2007). Considerando que o objetivo da pesquisa foi analisar a percepção dos agentes de governança sobre os mecanismos de governança corporativa, os princípios e valores do cooperativismo e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, considera-se a análise de consenso adequada. A partir dessa aplicação, foi possível interpretar a opinião dos participantes sobre as temáticas, ou seja, identificar se determinado item era percebido pelos participantes, e em qual medida, e se havia consenso ou dissenso nessa percepção.

O consenso é calculado conforme a seguinte equação:

$$CONS(X) = 1 + \sum_{i=1}^n p_i \text{Log}_2 \left(1 - \frac{|X_i - \mu_X|}{d_X} \right)$$

Em que, X é uma variável ordinal (questão), p_i é o percentual relacionado a cada X_i , d_X é a amplitude da escala e μ_X é a média (Tastle & Wierman, 2007). Como a pesquisa trabalhou com a escala Likert de 5 pontos, a amplitude da escala é $d_X = 4$.

Tabela 1

Classificação do grau de consenso

Intervalo	Classificação
$CONS(X) \geq 90\%$	Consenso Muito Forte
$80\% \leq CONS(X) < 90\%$	Consenso Forte
$60\% \leq CONS(X) < 80\%$	Consenso Moderado
$40\% \leq CONS(X) < 60\%$	Equilíbrio
$20\% \leq CONS(X) < 40\%$	Dissenso Moderado
$10\% \leq CONS(X) < 20\%$	Dissenso Forte
$CONS(X) < 10\%$	Dissenso Muito Forte

Fonte: Tastle e Wierman (2007)

A Tabela 1 apresenta a classificação do grau de consenso, que possui 7 categorias dependendo do percentual de CONS(X), variando de consenso muito forte, consenso forte, consenso moderado, equilíbrio, dissenso moderado, dissenso forte e dissenso muito forte (Tastle & Wierman, 2007).

Conforme Tastle e Wierman (2007), o consenso pode ser aplicado à escala Likert, ou qualquer escala ordinal para identificar graus de consenso. Dentre alguns estudos que aplicaram a análise de consenso com a escala Likert, destaca-se: Hein et al. (2015), que analisaram o processo de avaliação docente e Pasquali e Vesco (2016) que analisaram a percepção dos contadores sobre a ética profissional e à responsabilidade civil.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados. A Tabela 2 apresenta a amostra da pesquisa, indicando a frequência e porcentagem de respostas. Para preservar a identidade das Cooperativas, os nomes foram alterados.

Tabela 2

Estatística Descritiva

		Frequência	Porcentagem
Cooperativa	Cooperativa Central	2	4,9
	Cooperativa Filiada A	1	2,4
	Cooperativa Filiada B	11	26,8
	Cooperativa Filiada C	3	7,3
	Cooperativa Filiada D	6	14,6
	Cooperativa Filiada E	1	2,4
	Cooperativa Filiada F	5	12,2%
	Cooperativa Filiada G	2	4,9%
	Cooperativa Filiada H	1	2,4%
	Cooperativa Filiada I	4	9,8%
	Cooperativa Filiada J	5	12,2%
Total		41	100%
Órgão	Conselho de Administração	24	58,5%
	Controles internos	7	17,1%
	Diretoria	9	22%
	Gerenciamento de risco	1	2,4%
	Total	41	100%

Conforme apontado na Tabela 2, a pesquisa contou com a participação da Cooperativa Central e de 10 Cooperativas Filiadas. A Cooperativa Central teve uma participação de 4,9%. Dentre as filiadas, a maioria dos respondentes é vinculada a Cooperativa Filiada B (26,8%), seguida pela participação das cooperativas Filiada D (14,6%), Filiada F e J (12,2%, cada) e, Filiada I (9,8%). As demais filiadas apresentaram uma participação inferior a 8%.

Em relação ao órgão, participaram da pesquisa membros do Conselho de Administração, Controles Internos, Diretorias e Gerenciamento de Risco. A maioria dos participantes são membros do Conselho de Administração (58,5%), seguido das Diretorias (22%), Controles Internos (17,1%) e Gerenciamento de Risco (2,4%).

As Tabelas 3, 4, 5 e 6 apresentam o consenso dos participantes em relação aos mecanismos de governança da cooperativa. De forma mais específica, a Tabela 3 traz a percepção dos participantes em relação a representatividade e participação da cooperativa quanto os mecanismos de governança.

Tabela 3

Consenso sobre os mecanismos de governança - Representatividade e participação

Representatividade e Participação						
Questão	RPQ1	RPQ2	RPQ3	RPQ4	RPQ5	RPQ6
Consenso	83%	85%	88%	70%	78%	73%
Média	4,68	4,78	4,83	4,05	4,63	4,46
Questão	RPQ7	RPQ8	RPQ9	RPQ10	RPQ11	RPQ12
Consenso	81%	80%	48%	86%	86%	92%
Média	4,63	4,63	3,20	4,78	4,78	4,88
Questão	RPQ13	RPQ14	RPQ15	RPQ16	RPQ17	RPQ18
Consenso	98%	74%	79%	73%	96%	67%
Média	4,98	4,56	4,68	4,71	4,5	4,44
Questão	RPQ19	RPQ20	RPQ21	RPQ22	RPQ23	

Consenso	87%	65%	74%	71%	70%
Média	4,83	4,32	4,59	4,49	4,37

N = 41 respondentes

Verifica-se na Tabela 3 que há consenso muito forte nas questões RPQ13 (98%), RPQ17 (96%) e RPQ12 (92%), indicando que os agentes da cooperativa percebem a adoção de procedimentos transparentes pela cooperativa na contagem e divulgação dos votos nas assembleias e o uso de critérios que assegurem a não existência de vinculação econômica ou funcional entre os membros do órgão de administração e conselho fiscal. Além disso, evidencia que os participantes concordam que a apreciação e a votação individual de cada item da pauta da assembleia geral contribuem para a lisura do processo.

As demais questões apresentam consenso forte e moderado. A única questão que não apresentou nem consenso nem dissenso, mas equilíbrio, foi a RPQ9 (48%) que trata se a Cooperativa, antes da publicação do edital de convocação, oferece mecanismos para que os associados enviem propostas de temas para serem incluídos na pauta da assembleia geral.

A Tabela 4 apresenta a percepção da direção estratégica (Conselho de Administração) sobre os mecanismos de governança.

Tabela 4

Consenso sobre os mecanismos de governança - Direção estratégica

Direção Estratégica				
Questão	DEQ1	DEQ2	DEQ3	DEQ4
Consenso	64%	53%	61%	70%
Média	4,29	3,92	4,13	4,58
Questão	DEQ5	DEQ6	DEQ7	DEQ8
Consenso	73%	71%	79%	83%
Média	4,29	4,17	4,63	4,71

N = 24 respondentes

Constata-se na Tabela 4 que a questão DEQ8 apresenta consenso forte (83%), indicando que a direção estratégica da cooperativa concorda que o órgão de administração estratégica utiliza dos trabalhos das auditorias internas e externa como fonte de informação sobre o funcionamento da Cooperativa, independentemente das informações reportadas pelos administradores com funções executivas.

A questão DEQ2 apresentou índice de 53%, indicando equilíbrio. Nesse sentido, não houve consenso nem dissenso entre os membros da direção estratégica sobre a seguinte afirmativa “as reuniões dos administradores com funções estratégicas acontecem, geralmente, sem a participação de administradores com funções executivas, salvo quando chamados a prestarem esclarecimentos”.

As demais questões apresentaram consenso moderado, visto estarem no intervalo de 60% a 80%. A Tabela 5 apresenta a percepção da gestão executiva (Diretoria) sobre os mecanismos de governança.

Tabela 5

Consenso sobre os mecanismos de governança - Gestão executiva

Gestão Executiva						
Questão	GEQ1	GEQ2	GEQ3	GEQ4	GEQ5	GEQ6
Consenso	100%	87%	92%	87%	76%	68%
Média	5	4,78	4,89	4,78	4,56	4,56
Questão	GEQ7	GEQ8	GEQ9	GEQ10	GEQ11	
Consenso	83%	100%	92%	100%	61%	
Média	4,67	5	4,89	5	3,22	

N = 9 respondentes

Conforme a Tabela 5, as questões GEQ1, GEQ8 e GEQ10 apresentaram consenso máximo (100%), indicando consenso muito forte. Nesse sentido, os membros da gestão executiva percebem que são responsáveis pelo cumprimento das diretrizes fixadas pelo órgão de administração estratégica e devem prestar contas de sua atuação ao executivo principal, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e às instâncias de auditoria, sempre que solicitado. Além disso, há consenso entre o grupo que o Conselho Fiscal tem acesso aos documentos necessários com antecedência suficiente para a execução de suas tarefas. Ainda, os membros da gestão executiva concordam que estabelecem parâmetros de comparação com outras cooperativas, especialmente em temas como custos administrativos frente à receita, nível de exposição a riscos e índices de inadimplência.

Destaca-se que a questão GEQ11 apresentou o menor consenso (61%) da gestão executiva para os mecanismos de governança. Assim, houve consenso moderado de que a transparência e divulgação dos valores e critérios de remuneração dos administradores estão disponíveis a qualquer associado. As demais questões apresentaram consenso muito forte, forte ou moderado.

A Tabela 6 apresenta a percepção dos agentes vinculados aos órgãos de Fiscalização e Controle (Gerenciamento de Riscos, *Compliance*, Auditoria Interna e Controle Interno) sobre os mecanismos de governança.

Tabela 6

Consenso sobre os mecanismos de governança - Fiscalização e controle

Fiscalização e Controle							
Questão	FCQ1	FCQ2	FCQ3	FCQ4	FCQ5	FCQ6	FCQ7
Consenso	58%	58%	20%	38%	100%	100%	92%
Média	3,13	4,38	3,13	3,38	5	5	4,88
Questão	FCQ8	FCQ9	FCQ10	FCQ11	FCQ12	FCQ13	FCQ14
Consenso	75%	92%	92%	92%	92%	39%	44%
Média	4,50	4,88	4,88	4,88	4,88	4,00	4,13

N = 8 respondentes

De acordo com a Tabela 6, as questões FCQ5 e FCQ6 apresentaram consenso máximo (100%), indicando consenso muito forte. Assim os membros dos órgãos de fiscalização e controle concordam que os relatórios das auditorias (interna e externa) são encaminhados a todos os órgãos estatutários da Cooperativa e que os normativos da Cooperativa contêm dispositivos que assegurem a independência das auditorias externa e interna.

As demais questões apresentaram consenso muito forte, moderado ou equilíbrio. Com exceção das questões FCQ3, FCQ4 e FCQ13, que apresentaram dissenso moderado, indicando que não houve convergência de opiniões entre os agentes de Gerenciamento de Riscos, *Compliance*, Auditoria Interna e Controle Interno. Nesse sentido, houve divergências de opiniões em relação a auditoria interna ser subordinada ao presidente do órgão de conselho de administração, quanto a auditoria externa reporta-se diretamente ao conselho de administração e em relação a remuneração dos conselheiros fiscais ser equivalente à dos administradores com funções estratégicas.

De forma geral, há indícios de que os agentes de governança percebem que a cooperativa de crédito adota as diretrizes de boas práticas de governança preconizadas pelo Banco Central do Brasil. Assim, apesar das diretrizes não serem obrigatórias, a cooperativa de crédito busca atendê-las voluntariamente, provavelmente com o objetivo de melhorar a perenidade da organização, com um crescimento sustentado e segurança para os cooperados. Ademais, a adesão das boas práticas de governança pode ser entendida como uma iniciativa da cooperativa

para alinhar os interesses envolvidos dos sócios dirigentes e os demais associados, e tornar as relações mais transparentes (Bacen, 2008).

Os resultados também coadunam com a pesquisa de Tres et al. (2022), que investigou cooperativas agropecuárias. Na referida pesquisa, identificou-se que os agentes de governança percebem que as suas respectivas cooperativas têm preocupações com a governança cooperativa, uma vez que adotam os mecanismos preconizados. Essa percepção de adesão pelos agentes de governança é um indicativo importante, pois evidencia que as cooperativas também estão desenvolvendo práticas que contribuem para o alinhamento de interesses, na prevenção, mitigação e tratamento de conflitos, e geração de valor para as partes interessadas, como enfatiza o Código de Melhores Práticas do IBGC (2023). Além disso, como descreve Kyazze et al. (2017), a governança cooperativa, por meio dos controles estabelecidos, auxilia as instituições no uso mais eficiente dos seus recursos, atendendo os interesses dos associados e demais partes interessadas.

A Tabela 7 apresenta a percepção dos agentes sobre os princípios e valores do cooperativismo.

Tabela 7

Consenso sobre os princípios e valores do cooperativismo

Princípios e Valores do Cooperativismo							
Questão	PVQ1	PVQ2	PVQ3	PVQ4	PVQ5	PVQ6	PVQ7
Consenso	93%	96%	95%	90%	66%	43%	91%
Média	4,90	4,95	4,93	4,85	4,51	4,24	4,88
Questão	PVQ8	PVQ9	PVQ10	PVQ11	PVQ12	PVQ13	
Consenso	71%	83%	70%	87%	93%	93%	
Média	4,59	4,76	4,49	4,80	4,90	4,90	

N = 41 respondentes

Conforme a Tabela 7, as questões PVQ2 e PVQ3 apresentaram consenso muito forte, 96% e 95% respectivamente. Assim, os agentes da cooperativa percebem que na Cooperativa de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e que os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes.

Destaca-se que a questão PVQ6 apresentou equilíbrio (43%), trazendo indícios de que os agentes não chegaram ao consenso nem ao dissenso em relação aos membros da Cooperativa receberem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.

As demais questões apresentaram consenso muito forte, forte e moderado. Assim, percebe-se que os agentes de governança entendem que a cooperativa preza pelos 7 princípios do cooperativismo, que são adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (OCB, 2016). Como menciona Piliaiev (2019), as cooperativas são somente reconhecidas como cooperativas quando praticam os princípios e valores cooperativistas, assim, é salutar que essas práticas sejam percebidas pelos seus agentes de governança.

Nesse sentido, os achados também corroboram com a pesquisa de Tres et al. (2022), de que a percepção de adesão dos princípios e valores cooperativistas pelos agentes de governança são indícios de que a cooperativa em questão tem preocupações em atender os princípios norteadores para manter a essência cooperativista do negócio, e assim, auxiliar na continuidade de suas operações no longo prazo, atendendo também, os níveis de sustentabilidade desejados. Como destaca Santos et al. (2020), os princípios e valores do cooperativismo fundamentam a governança cooperativa, e traçam práticas para garantir que os interesses dos cooperados sejam atendidos, assim como os objetivos sociais.

A Tabela 8 apresenta a percepção dos agentes sobre a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cooperativa.

Tabela 8

Consenso sobre a sustentabilidade

Sustentabilidade Econômica						
Questão	SEQ1	SEQ2	SEQ3	SEQ4	SEQ5	SEQ6
Consenso	88%	94%	88%	69%	82%	69%
Média	4,83	4,93	4,83	4,32	4,71	4,51
Sustentabilidade Social						
Questão	SSQ1	SSQ2	SSQ3	SSQ4	SSQ5	SSQ6
Consenso	86%	75%	92%	93%	71%	80%
Média	4,83	4,59	4,88	4,90	4,39	4,63
Sustentabilidade Ambiental						
Questão	SAQ1	SAQ2	SAQ3	SAQ4	SAQ5	SAQ6
Consenso	60%	63%	71%	70%	67%	68%
Média	3,90	3,78	4,24	4,10	3,73	3,98

N = 41 respondentes

Em relação a sustentabilidade econômica, a questão SEQ2 apresentou o maior consenso (94%), indicando consenso muito forte. Assim, os respondentes concordam que a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de suas sobras, permitindo que tenha viabilidade econômica, fundos de reserva e crescimento para oferecer mais soluções para os associados.

As questões SEQ4 e SEQ6 apresentaram o menor consenso (69%), trazendo indícios de que há consenso moderado entre os participantes de que a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de financiamento da agricultura familiar, empreendedorismo de baixa renda (microcrédito) e empreendimento associativos, e ações para a concessão de crédito responsável, que proporcione benefícios aos associados e que não implique prejuízos pela falta de capacidade de pagamento.

Quanto a sustentabilidade social, a questão SSQ4 apresentou o maior consenso (93%) e a questão SSQ5 o menor consenso (71%). Assim, entende-se que existe consenso muito forte de que a cooperativa, além de cumprir as obrigações legais, se preocupa em oferecer a seus colaboradores um ambiente físico agradável e seguro. Além disso, há consenso moderado de que as dependências da Cooperativa contam com recursos para facilitar o deslocamento e a convivência de pessoas com deficiência motora, auditiva ou visual.

No tocante a sustentabilidade ambiental, a questão SAQ3 apresentou o maior consenso (71%) e a questão SAQ1 o menor consenso (60%). Desta forma, há consenso moderado entre os agentes de que a Cooperativa procura implementar em suas dependências e em suas atividades ações que visam preservar o meio ambiente, a exemplo da coleta seletiva de lixo, e que a Cooperativa conhece, entende e avalia os impactos diretos de suas atividades sobre o meio ambiente (resíduos, emissão de poluentes, consumo de energia e água), mantendo relatórios de mensuração.

Portanto, os agentes de governança compreendem que a cooperativa de crédito tem conhecimento da importância da prática de ações sustentáveis, ou seja, que promovam a geração de valores econômico-financeiros, o bem-estar e a qualidade de vida, das pessoas, o desenvolvimento da comunidade e preservem o meio ambiente, conforme destaca os estudos de Veber et al. (2016) e Viana (2016).

Conforme indica Tres et al. (2022), os princípios e valores cooperativistas estão relacionados com a sustentabilidade, tanto na perspectiva ambiental, social quanto econômica. As cooperativas são organizações que prezam pela participação dos associados nas decisões, assim como a inclusão social, o que incentiva uma organização mais justa e equitativa. Ademais, há o incentivo de medidas para o desenvolvimento da região em que a cooperativa

está estabelecida, além de práticas para tornar os processos organizacionais mais ecológicos.

5 Considerações Finais

O estudo analisou a percepção dos agentes de governança de cooperativas de crédito sobre os mecanismos de governança, princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade. Para tanto, realizou-se a pesquisa com 41 agentes de governança de uma cooperativa de crédito da região Sul do Brasil.

Os resultados do estudo indicam que de forma geral, os agentes de governança da cooperativa de crédito apresentam consenso muito forte, forte, moderado ou equilíbrio em relação aos mecanismos de governança. Destaca-se que algumas questões apresentaram consenso de 100%, sendo registrado na dimensão da gestão executiva e fiscalização e controle.

Contudo, na dimensão da fiscalização e controle, verificou-se algumas questões com dissenso moderado. As divergências de opiniões ocorreram em relação a auditoria interna ser subordinada ao presidente do órgão de conselho de administração, quanto a auditoria externa reporta-se diretamente ao conselho de administração e em relação a remuneração dos conselheiros fiscais ser equivalente à dos administradores com funções estratégicas.

Em relação aos princípios e valores do cooperativismo, verificou-se que há consenso muito forte, forte, moderado ou equilíbrio entre os agentes de governança. Dentre o maior grau de consenso, ressalta-se a percepção de que na Cooperativa de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e que os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes.

Em relação a sustentabilidade, constatou-se que há consenso muito forte, forte e moderado entre os agentes de governança. Na sustentabilidade econômica, enfatiza-se a concordância de que a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de suas sobras, permitindo que tenha viabilidade econômica, fundos de reserva e crescimento para oferecer mais soluções para os associados. Quanto a sustentabilidade social, ressalta-se o consenso de que a cooperativa, além de cumprir as obrigações legais, se preocupa em oferecer a seus colaboradores um ambiente físico agradável e seguro. No tocante a sustentabilidade ambiental, evidencia-se o consenso entre os agentes de que a Cooperativa procura implementar em suas dependências e em suas atividades ações que visam preservar o meio ambiente, a exemplo da coleta seletiva de lixo.

Nesse sentido, verifica-se que na perspectiva dos agentes de governança da cooperativa de crédito estudada, os tópicos governança cooperativa, princípios e valores cooperativistas e o tripé da sustentabilidade são efetivamente praticados no dia a dia. Isso indica que as cooperativas de crédito possuem a preocupação em promover ações que coadunam com as boas práticas de governança preconizadas pelo Banco Central do Brasil, trazendo maior representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle para a instituição. Além disso, o atendimento aos princípios e valores cooperativistas é um indicativo de que as cooperativas têm a missão de manter sua essência, ou seja, as suas diretrizes básicas, o que consequentemente auxilia na sua perenidade. Quanto a sustentabilidade, verificou-se que é uma temática que vem sendo discutida pela cooperativa e que medidas concretas têm sido adotadas para tornar a cooperativa cada vez mais sustentável, seja economicamente, socialmente ou ambientalmente.

O estudo é relevante ao trabalhar com um público de importância para as organizações, inclusive para as cooperativas, que são os agentes de governança. Analisar as percepções desse público é importante para compreender melhor a estrutura das cooperativas quanto os mecanismos de governança, a aderência aos princípios e valores do cooperativismo e a adoção de práticas de sustentabilidade econômica, ambiental e social, visto terem conhecimento importante para responder essas questões.

Ademais, a partir dos resultados do estudo, pode-se traçar um panorama ou quadro geral das cooperativas de crédito sobre os aspectos investigados, sendo possível indicar avanços e direções que as cooperativas podem adotar para aperfeiçoar seus mecanismos de governança, os princípios e valores do cooperativismo e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Em relação as limitações, os resultados do estudo não podem ser generalizados para todas as configurações de cooperativas. Além disso, a base do estudo compreende a percepção dos agentes de governança, que não está livre de vieses, como auto seleção e desejabilidade social. Nesse sentido, para a análise dos resultados, é salutar considerar o contexto da pesquisa e os procedimentos utilizados.

Para pesquisa futuras, recomenda-se a aplicação do instrumento com uma amostra maior, buscando alcançar outros agentes da estrutura cooperativa, como associados, conselho fiscal, conselho consultivo, comitês sociais etc. Ademais, é relevante a aplicação em diferentes tipos de cooperativas, como de consumo, agropecuárias, saúde etc., possibilitando expandir a análise para outras configurações. Por fim, sugere-se realização do estudo em outras regiões do Brasil, com o intuito de analisar se as características regionais influenciam na percepção sobre os mecanismos de governança corporativa, princípios e valores do cooperativismo e na sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Referências

- Ahmed, A. F., & Rugami, M. (2019). Corporate governance and performance of savings and credit cooperative societies in Kilifi County, Kenya. *International Academic Journal of Economics and Finance*, 3(3), 61-79.
- Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020). *Anuário 2020*. <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>.
- Aras, G., & Crowther, D. (2008). Governance and sustainability: An investigation into the relationship between corporate governance and corporate sustainability. *Management Decision*, 46(3), 433-448. <https://doi.org/10.1108/00251740810863870>
- Armstrong, C. S., Ittner, C. D., & Larcker, D. F. (2012). Corporate governance, compensation consultants, and CEO pay levels. *Review of Accounting Studies*, 17(2), 322-351. <https://doi.org/10.1007/s11142-012-9182-y>
- Banco Central do Brasil (BACEN). (2008). *Diretrizes de Boas Práticas de GC BACEN*. https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/gov_coop/DiretrizesVersaoCompleta.pdf
- Bear, S., Rahman, N., & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97(2), 207-221. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0505-2>
- Bhagat, S., & Bolton, B. (2008). Corporate governance and firm performance. *Journal of Corporate Finance*, 14(3), 257-273. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2008.03.006>
- Bialoskorski Neto, S., Girão Barroso, M. F., & Rezende, A. J. (2012). Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. *BBR - Brazilian Business Review*, 9(2), 72-92. <https://doi.org/10.15728/bbr.2012.9.2.4>
- Bilar, A. B. C., Tavares, C. H. T., Bezerra, J. K. G. S., Brasil, J. M. S., Santana, L. N., Feitosa, M. J. S., Silva, N. R., Pimentel, R. M. M., Ferreira, R. S., & Silva, T. A. P. (2021). Desenvolvimento sustentável em publicações científicas brasileiras: uma revisão sistemática. *Journal of Environmental Analysis and Progress*, 6(1), 051-059. <https://doi.org/10.24221/jeap.6.1.2021.4092.051-059>
- Bomfim, E. T., Teixeira, W. S., & Monte, P. A. (2015). Relação entre o disclosure da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(1), 6-28.

- https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v10i1.13341
- Burritt, R. L., & Schaltegger, S. (2010). Sustainability accounting and reporting: fad or trend? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(7), 829-846. <https://doi.org/10.1108/09513571011080144>
- Cechin, A., Bijman, J., Pascucci, S., Zylbersztajn, D., & Omta, O. (2013). Drivers of pro-active member participation in agricultural cooperatives: Evidence from Brazil. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 84(4), 443-468. <https://doi.org/10.1111/apce.12023>
- Conyon, M. J., & He, L. (2011). Executive compensation and corporate governance in China. *Journal of Corporate Finance*, 17(4), 1158-1175. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2011.04.006>
- Core, J. E., Holthausen, R. W., & Larcker, D. F. (1999). Corporate governance, chief executive officer compensation, and firm performance. *Journal of Financial Economics*, 51(3), 371-406. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(98\)00058-0](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(98)00058-0)
- Cornett, M. M., Marcus, A. J., & Tehranian, H. (2008). Corporate governance and pay-for-performance: The impact of earnings management. *Journal of Financial Economics*, 87(2), 357-373. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2007.03.003>
- Cunha, J. G. M. C., Deretti, S., & Silva, E. D. (2015). Governança corporativa e responsabilidade social corporativa: uma revisão sistemática desta relação. *Revista e Ciências da Administração*, 1(1), 123-140. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n43p123>
- Cunha, V. C., Galli, L. C. L. A., Prates, G. A., Maemura, M. M. D., Sala, O. T. M., Silva Tamashiro, H. R., Arroyo, C. S., & Galli, R. A. (2023). Desvendando a governança em cooperativas: uma análise comparativa dos modelos de avaliação. *Observatório De La Economía Latinoamericana*, 21(8), 8217-8238. <https://doi.org/10.55905/oe/v21n8-024>
- Davis, P., & Bialoskorski Neto, S. (2010). Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. *Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC*, 5(1), 1-24.
- Elkington, J. (2013). *Enter the triple bottom line*. In: The triple bottom line. Routledge.
- Elkington, J. (2006). Governance for sustainability. *Corporate Governance: An International Review*, 14(6), 522-529.
- Eng, L. L., & Mak, Y. T. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 325-345. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(03\)00037-1](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(03)00037-1)
- Favalli, R. T., Gori Maia, A., & da Silveira, J. M. F. J. (2020). Governance and financial efficiency of Brazilian credit unions. *RAUSP Management Journal*, 55(3), 355-373. <http://dx.doi.org/10.1108/RAUSP-02-2019-0018>
- Forker, J. J. (1992). Corporate governance and disclosure quality. *Accounting and Business Research*, 22(86), 111-124. <https://doi.org/10.1080/00014788.1992.9729426>
- Fontes Filho, J. R., Marucci, J. C., & de Oliveira, M. J. (2008). Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 107-125. <https://doi.org/10.11606/rco.v2i4.34724>
- Freitas, A. F., Amodeo, N. B. P., & Freitas, A. F. (2016). Mecanismos Sociais na Regulação de Operações Financeiras em Cooperativas de Crédito. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33), 267-300.
- Hein, N., Kroenke, A., & Júnior, M. M. R. (2015). Professor assessment using multi-criteria decision analysis. *Procedia Computer Science*, 55, 539-548. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2015.07.034>
- Hillier, D., Hodgson, A., Stevenson-Clarke, P., & Lhaopadchan, S. (2008). Accounting window dressing and template regulation: A case study of the Australian credit union industry. *Journal of Business Ethics*, 83(3), 579-593. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9640-9>

- Hohn, G. S., Mazzioni, S., Trindade, L. L., Dal Magro, C. B. (2023). Efeitos da Corrupção e da Cultura Nacional no Desempenho das Empresas em Responsabilidade Social Corporativa. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 26(2), 153-180. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v26i2.3029>
- Hussain, N., Rigoni, U., & Oriji, R. P. (2018). Corporate governance and sustainability performance: Analysis of triple bottom line performance. *Journal of Business Ethics*, 149, 411-432. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3099-5>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2023). *Código das melhores práticas de governança corporativa* (6a ed.). São Paulo: IBGC.
- International Co-operative Alliance (2017). *The Guidance Notes on the Cooperative Principles*. <https://www.ica.coop/en/media/library/research-and-reviews/guidance-notes-cooperative-principles>.
- Jansen, A. C., Maehler, A. E., & Wegner, D. (2018). Cooperative Governance and the Legitimacy Dilemma: A Case Study in a Credit Cooperative. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, 17(3), 61-80. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i3.2602>
- Johnson, J. L., Daily, C. M., & Ellstrand, A. E. (1996). Boards of directors: A review and research agenda. *Journal of Management*, 22(3), 409-438. [https://doi.org/10.1016/S0149-2063\(96\)90031-8](https://doi.org/10.1016/S0149-2063(96)90031-8)
- Kothari, S. P. (2019). Accounting Information in corporate governance: Implications for standard setting. *The Accounting Review*, 94(2), 357-361. <https://doi.org/10.2308/accr-10651>
- Kyazze, L., M., Nkote, I. N., & Wakaisuka-Isingoma, J. (2017). Cooperative governance and social performance of cooperative societies. *Cogent Business & Management*, 4(1), 1284391. <https://doi.org/10.1080/23311975.2017.1284391>
- Leal, M. J., & Camuri, W. C. (2008). A governança corporativa e os modelos mundialmente praticados. *Revista de Ciências Gerenciais*, 12(15), 59-74.
- Lodhia, S., & Martin, N. (2014). Corporate sustainability indicators: an Australian mining case study. *Journal of Cleaner Production*, 84, 107-115. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.05.050>
- Logsdon, J. M., & Lewellyn, P. G. (2000). Expanding accountability to stakeholders: Trends and predictions. *Business and Society Review*, 105(4), 419-419. <https://doi.org/10.1111/0045-3609.00091>
- Maciel, A. P. B., Seibert, R. M., Silva, R. C. F., Wbatuba, B. B. R., & Salla, N. M. C. (2018). Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(4), 601-619. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170228>
- Martins, A. C., & Salgado, T. M. S. (2023). Práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito na região centro-oeste de Minas Gerais. *GeSec: Revista de Gestão e Secretariado*, 14(7). <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i7.2505>
- McKillop, D. G., & Wilson, J. O. S. (2015). Credit unions as cooperative institutions: Distinctiveness, performance and prospects. *Social and Environmental Accountability Journal*, 35, 96-112. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2015.1022195>
- Naciti, V. (2019). Corporate governance and board of directors: The effect of a board composition on firm sustainability performance. *Journal of Cleaner Production*, 237, 117727. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.117727>
- Nunes, B., Alamino, R. C., Shaw, D., & Bennett, D. (2016). Modelling sustainability performance to achieve absolute reductions in socio-ecological systems. *Journal of Cleaner Production*, 132, 32-44. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.08.037>
- Oino, I., & Itan, M. (2018). Impact of Corporate Governance on Banks Financial Performance. *Journal of Business Management and Economics*, 6(8), 01-09.

- <https://doi.org/10.15520/jbme.v6i08.2262>
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2016). *Manual de boas práticas de Governança Corporativa*. http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf
- Pasquali, K. S., & Vesco, D. G. D. (2016). Responsabilidade Civil do Contador: Estudo sob Enfoque do Novo Código Civil de 2002 na Perspectiva da Ética Profissional. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(2), 292-316. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n2a7
- Piliaiev, I. (2019). The Value Dichotomy Curse of Ukraine's Modernization: to Break, or not to Be. *Ukrainian Policymaker*, 5(5), 68-76. <https://doi.org/10.29202/up/5/8>
- Santos, R. R. dos, Santos, J. F. dos, & da Silva, A. (2020). Governança cooperativa: mapeamento do perfil das publicações científicas internacionais (1991-2018). *Revista De Gestão E Secretariado*, 11(1), 106–125. <https://doi.org/10.7769/gesec.v11i1.919>
- Santos, M. B., Scherer, F. L., Campara, J. P., Trindade, N. R., & Ferreira, G. M. V. (2021). Tipologias de governança corporativa em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista De Gestão E Organizações Cooperativas*, 8(16), 01–30. <https://doi.org/10.5902/2359043244401>
- Sistema OCB (2021). *Ramos do Cooperativismo*. <https://www.ocb.org.br/ramos>
- Soares, M. M., & Sobrinho, M. (2008). *Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. (2a ed.). Brasília: BCB. https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf
- Soares, L. V., & Bressan, V. G. F. (2023). Governança Cooperativa: Uma Investigação Sobre as Boas Práticas no Cooperativismo Financeiro Brasileiro. *Conhecimento Interativo*, 17(1), 52-85.
- Sousa Neto, J. A., & Reis, D. A. (2015). Os impactos da governança corporativa em uma cooperativa de crédito. *Revista Gestão e Tecnologia, Pedro Leopoldo*, 15(2), 211-234.
- Souza, A. S. de. (1992). *Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas*. Ocerj.
- Tastle, W. J., & Wierman, M. J. (2007). Consensus and dissent: A measure of ordinal dispersion. *International Journal of Approximate Reasoning*, 45(3), 531-545. <https://doi.org/10.1016/j.ijar.2006.06.024>
- Tres, N., Mazzioni, S., & Baú Dal Magro, C. (2022). Sensibilidade da Sustentabilidade ao Cooperativismo e a Governança Corporativa. *Contabilidade Gestão E Governança*, 25(2), 142–158. <https://doi.org/10.51341/cgg.v25i2.2705>
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski Neto, S. (2014). Análise e percepção dos custos das práticas de governança corporativa: um estudo de caso. *CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 12(3), 64-97.
- Tosini, M. D. F. C., & Bastos, A. M. (2008). Governança cooperativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 75-89. <https://doi.org/10.11606/rco.v2i4.34722>
- Ushkarenko, Y., & Soloviov, A. (2020). World Economic Order: Evolution of the Cooperative Sector. *Philosophy and Cosmology*, 25, 139-152. <https://doi.org/10.29202/phil-cosm/25/12>
- Van Marrewijk, M. (2003). Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion. *Journal of Business Ethics*, 44(2), 95-105. <https://doi.org/10.1023/A:1023331212247>
- Veber, C., Lengler, L., Oliveira, J. M. D., Estivalete, V. D. F. B., & Kneipp, J. M. (2016). A percepção dos gestores sobre as dimensões da sustentabilidade. *Revista Sociais e Humanas*, 29(3), 105-120. <https://doi.org/10.5902/2317175823165>
- Viana, C. L. (2016). *Desempenho de sustentabilidade de cooperativas de crédito: um estudo em um sistema cooperativo de crédito brasileiro*. [Dissertação de Mestrado em Gestão e Negócios]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Vronski, M., & Olimpico, S. M. (2016). Production of the organic cocoa in the amazon: a case

- study of the amazon organic products cooperative - COPOAM. *REBRAE*, 9(3), 351-361. <https://doi.org/10.7213/rebrae.09.003.AO09>
- Wakaisuka-Isingoma, J., Aduda, J., Wainaina, G., & Mwangi, C. I. (2016). Corporate governance, firm characteristics, external environment and performance of financial institutions in Uganda: A review of literature. *Cogent Business & Management*, 3(1), 1261526. <https://doi.org/10.1080/23311975.2016.1261526>
- Westphal, J. D., & Fredrickson, J. W. (2001). Who directs strategic change? Director experience, the selection of new CEOs, and change in corporate strategy. *Strategic Management Journal*, 22(12), 1113-1137. <https://doi.org/10.1002/smj.205>
- Xie, B., Davidson III, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. *Journal of Corporate Finance*, 9(3), 295-316. [https://doi.org/10.1016/S0929-1199\(02\)00006-8](https://doi.org/10.1016/S0929-1199(02)00006-8)
- Zheng, C., & Kouwenberg, R. (2019). A bibliometric review of global research on corporate governance and board attributes. *Sustainability*, 11(12), 3428. <https://doi.org/10.3390/su11123428>

ANEXO

Bloco 1

Representatividade e Participação	
RPQ1	Na sua percepção a Cooperativa utiliza as assembleias e pré-assembleias como fórum de tratamento justo e igualitário aos seus associados e oportuniza discutirem seus posicionamentos e expectativas.
RPQ2	Na sua percepção a Cooperativa realiza esforços para assegurar a efetiva representatividade e participação dos associados nas deliberações da assembleia geral.
RPQ3	A divulgação do local, data e hora da realização das assembleias pela Cooperativa facilita e estimula a presença dos associados.
RPQ4	A divulgação de Assembleia Geral com pautas complexas - tais como alteração na área de ação, mudança nas condições estatutárias, transformação, fusão, incorporação, desmembramento, liquidação e demais assuntos relevantes - é realizada com maior antecedência do que em casos comuns.
RPQ5	A quantidade de reuniões locais com os associados (pré-assembleias) é suficiente para discutir os assuntos constantes na pauta das assembleias gerais.
RPQ6	Na sua percepção a realização de reuniões prévias na Cooperativa com os delegados para subsidiar o posicionamento dos seus representados sobre as deliberações constitui-se numa ação eficaz.
RPQ7	A Cooperativa detalha a pauta da assembleia geral a fim de que os temas a serem discutidos sejam de conhecimento prévio e, costumeiramente, não inclui o item "outros assuntos".
RPQ8	O texto da pauta da assembleia geral contém uma linguagem de fácil compreensão e adequada às características dos associados da Cooperativa.
RPQ9	A Cooperativa, antes da publicação do edital de convocação, oferece mecanismos para que os associados enviem propostas de temas para serem incluídos na pauta da assembleia geral.
RPQ10	Na sua percepção a deliberação sobre a prestação de contas na assembleia geral ordinária é precedida da leitura dos pareceres da auditoria externa e do conselho fiscal contribui para o posicionamento do voto dos associados.
RPQ11	A ata da assembleia geral relata todos os fatos ocorridos e as deliberações dos associados, inclusive dissidências.
RPQ12	A apreciação e a votação individual de cada item da pauta da assembleia geral contribuem para a lisura do processo.
RPQ13	A Cooperativa adota o procedimento transparente de contagem e divulgação dos votos nas assembleias.
RPQ14	Na sua percepção a comissão eleitoral atua de forma autônoma e reporta-se operacionalmente ao órgão de administração estratégica, que é responsável por nomeá-la.
RPQ15	A comissão eleitoral é formada com antecedência suficiente para atender a todos os prazos necessários à organização do processo eleitoral.
RPQ16	A comissão eleitoral é formada por número ímpar de associados, com no mínimo três integrantes, que não tenham sido eleitos para os mandatos estatutários vigentes e que não sejam parentes até segundo grau destes e nem dos candidatos. Na sua percepção, quanto sua Cooperativa atende este procedimento?
RPQ17	Na sua percepção os normativos da Cooperativa estabelecem critérios que assegurem a não existência de vinculação econômica ou funcional entre os membros do órgão de administração e conselho fiscal.
RPQ18	Os candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal atendem a condições mínimas de capacitação técnica adequada; conhecimento do sistema financeiro, do negócio e respectivos riscos; participação em treinamento ou programa de preparação para dirigentes de Cooperativas de crédito; boa reputação no segmento cooperativista e na comunidade local.
RPQ19	A administração da Cooperativa assegura aos candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal eleitos o acesso a treinamento para capacitação ao exercício de suas funções.
RPQ20	O prazo da divulgação dos nomes e perfis dos candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal são divulgados previamente à assembleia geral.
RPQ21	Na sua percepção a Cooperativa oferece canais de informações aos associados, alternativos e complementares à assembleia geral.
RPQ22	Na sua percepção a Cooperativa possui canais de recebimento de sugestões e reclamações, devendo ser dado retorno ao associado acerca do andamento de suas contribuições.
RPQ23	Na sua percepção a Cooperativa busca a renovação permanente dos membros dos órgãos de

administração e de fiscalização.

Direção Estratégica	
DEQ1	As deliberações estratégicas, a definição de políticas da Cooperativa e a prestação de contas aos associados, são executadas por conselheiros de administração ou diretores que não ocupam funções executivas.
DEQ2	Na sua percepção as reuniões dos administradores com funções estratégicas acontecem, via de regra, sem a participação de administradores com funções executivas, salvo quando chamados a prestarem esclarecimentos.
DEQ3	Os administradores com funções estratégicas elegem, entre seus pares, o presidente do colegiado, que não exerce funções executivas e responderá pelas atividades do órgão. Na sua percepção, quanto sua Cooperativa atende este procedimento?
DEQ4	O presidente do órgão de administração estratégica tem como principal função coordenar as atividades do colegiado, incluídas aquelas relativas ao acompanhamento da atuação dos administradores com funções executivas e à prestação de contas aos associados em reuniões assembleares.
DEQ5	Na sua percepção a Cooperativa prioriza a criação de comitês não operacionais para análise de questões estratégicas e acompanhamento da gestão da Cooperativa, tais como risco, política de crédito, remuneração dos administradores e reorganização societária.
DEQ6	Na sua percepção as análises e propostas dos comitês são sistematicamente submetidas à avaliação do órgão de administração estratégica.
DEQ7	Membros do órgão de administração estratégica empossados recebem informações necessárias à sua atuação, que incluem: histórico da Cooperativa; estrutura; processos; sistemas; mercados e concorrentes, conhecimento das políticas dos órgãos reguladores; regras de funcionamento; relatórios anuais; atas; pareceres do conselho fiscal e das auditorias; planejamento estratégico, dentre outros.
DEQ8	O órgão de administração estratégica se utiliza dos trabalhos das auditorias internas e externa como fonte de informação sobre o funcionamento da Cooperativa, independentemente das informações reportadas pelos administradores com funções executivas.

Gestão Executiva	
GEQ1	Na sua percepção os administradores com funções executivas (diretores) são responsáveis pelo cumprimento das diretrizes fixadas pelo órgão de administração estratégica e devem prestar contas de sua atuação ao executivo principal, ao conselho de administração, ao conselho fiscal e às instâncias de auditoria, sempre que solicitado.
GEQ2	Os administradores com funções executivas (diretores) possuem competência técnica e gerencial compatível com a complexidade das funções exercidas.
GEQ3	Os administradores com funções executivas (diretores) certificam a adequação de demonstrações financeiras e relatórios encaminhados ao órgão de administração estratégica, conselho fiscal, associados e órgãos externos de controle, atestando que não existem omissões ou falsas declarações.
GEQ4	O código de conduta contempla mecanismos que resguardem de punições ou retaliações aqueles que, de boa fé e com intuito de promover o cumprimento do código e a atuação da Cooperativa, apresentem eventuais denúncias.
GEQ5	Na sua percepção a Cooperativa regulamenta a realização de transações comerciais com administradores ou seus parentes, ou empresas com as quais detenham vínculo relevante.
GEQ6	Os administradores com funções executivas (diretores) abdicam do direito de voto sempre que as discussões envolverem matérias pertinentes à fixação de diretrizes de gestão.
GEQ7	A Cooperativa possui uma política de gestão de riscos amplamente divulgada para o quadro funcional, documentando critérios e procedimentos.
GEQ8	O conselho fiscal tem acesso aos documentos necessários com antecedência suficiente para a execução de suas tarefas.
GEQ9	Na sua percepção a Cooperativa realiza esforços para detalhar os dados econômico-financeiros e os indicadores de desempenho.
GEQ10	Os administradores com funções executivas (diretores) estabelecem parâmetros de comparação com outras Cooperativas, especialmente em temas como custos administrativos frente à receita, nível de exposição a riscos e índices de inadimplência.
GEQ11	Na sua percepção a transparência e divulgação dos valores e critérios de remuneração dos administradores estão disponíveis a qualquer associado.

Fiscalização e Controle	
--------------------------------	--

FCQ1	Na sua percepção todos os associados possuem ciência de seus direitos e deveres legais e estatutários, especialmente em casos de perda e/ou prejuízo.
FCQ2	Na sua percepção a Cooperativa assegura canais institucionais para que os associados exerçam efetivamente seu direito-dever de fiscalizar e controlar os negócios da Cooperativa.
FCQ3	Na sua percepção a auditoria interna é subordinada ao presidente do órgão de conselho de administração.
FCQ4	Na sua percepção a auditoria externa reporta-se diretamente ao conselho de administração.
FCQ5	Na sua percepção os relatórios das auditorias (interna e externa) são encaminhados a todos os órgãos estatutários da Cooperativa.
FCQ6	Na sua percepção os normativos da Cooperativa contêm dispositivos que assegurem a independência das auditorias externa e interna.
FCQ7	Na sua percepção o conselho fiscal é um órgão independente do conselho de administração da Cooperativa, com o objetivo de fiscalizá-la como representante dos interesses dos associados.
FCQ8	O conselho fiscal é atuante na verificação das obrigações legais e estatutárias e no exame da gestão e dos atos que tenham impacto sobre os resultados da Cooperativa.
FCQ9	São assegurados ao conselho fiscal os recursos necessários para a efetiva fiscalização da Cooperativa.
FCQ10	O conselho fiscal tem autonomia para solicitar à administração esclarecimentos ou informações relativas à sua função fiscalizadora.
FCQ11	O conselho fiscal tem autonomia para solicitar aos auditores internos e externos esclarecimentos ou informações.
FCQ12	Na sua percepção o conselho fiscal tem autonomia para convocar qualquer parte interessada às atividades da Cooperativa, a fim de prestar esclarecimentos.
FCQ13	A remuneração dos conselheiros fiscais é equivalente à dos administradores com funções estratégicas.
FCQ14	O conselho fiscal acompanha o plano de trabalho das auditorias externa e interna e a discussão sobre eventuais pontos de discordância entre auditores e administradores.

Bloco 2

Princípios e valores do cooperativismo	
PVQ1	Na sua percepção a Cooperativa é uma organização voluntária, aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação social, racial, política, religiosa ou de gênero.
PVQ2	Na sua percepção, na Cooperativa de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).
PVQ3	Na sua percepção os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes.
PVQ4	A Cooperativa é uma organização democrática, controlada pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.
PVQ5	Os membros contribuem equitativamente para o capital da Cooperativa e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da Cooperativa.
PVQ6	Os membros da Cooperativa recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
PVQ7	Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento da Cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
PVQ8	Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a Cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
PVQ9	A Cooperativa é uma organização autônoma, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros.
PVQ10	Na sua percepção a Cooperativa firma acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou ao recorrer a capital externo, fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, mantendo a sua autonomia.
PVQ11	Na sua percepção a Cooperativa promove a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, na quantidade e de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
PVQ12	A Cooperativa serve de forma mais eficaz aos seus membros e dá mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e

	internacionais.
PVQ13	Na sua percepção a Cooperativa trabalha para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Bloco 3

Sustentabilidade Econômica	
SEQ1	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de desempenho econômico, com foco no atendimento das necessidades financeiras dos associados e na manutenção da viabilidade econômica da Cooperativa.
SEQ2	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações de suas sobras, permitindo que tenha viabilidade econômica, fundos de reserva e crescimento para oferecer mais soluções para os associados.
SEQ3	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações do seu impacto indireto no desenvolvimento local, mantendo recursos na região, gerando dinamismo econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.
SEQ4	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de financiamento da agricultura familiar, empreendedorismo de baixa renda (microcrédito) e empreendimentos associativos.
SEQ5	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações para melhoria da educação financeira dos seus associados, para uma vida financeira saudável.
SEQ6	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações para a concessão de crédito responsável, que proporcione benefícios aos associados e que não implique prejuízos pela falta de capacidade de pagamento.
Sustentabilidade Social	
SSQ1	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve ações e gerencia o nível de satisfação dos seus funcionários.
SSQ2	A Cooperativa desenvolve ações e gerencia a diversidade e a inclusão no quadro de funcionários (diferentes etnias, crenças, gênero, pessoas com deficiência, idade, dentre outras características).
SSQ3	A Cooperativa desenvolve ações e gerencia a capacitação continuada dos colaboradores, incluindo os temas do cooperativismo e da sustentabilidade.
SSQ4	Na sua percepção além de cumprir as obrigações legais, a Cooperativa se preocupa em oferecer a seus colaboradores um ambiente físico agradável e seguro.
SSQ5	As dependências da Cooperativa contam com recursos para facilitar o deslocamento e a convivência de pessoas com deficiência motora, auditiva ou visual.
SSQ6	A Cooperativa incentiva e reconhece o trabalho voluntário de seus colaboradores na comunidade.
Sustentabilidade Ambiental	
SAQ1	Na sua percepção a Cooperativa conhece, entende e avalia os impactos diretos de suas atividades sobre o meio ambiente (resíduos, emissão de poluentes, consumo de energia e água), mantendo relatórios de mensuração.
SAQ2	A Cooperativa discute parcerias com fornecedores, visando a logística reversa ao fabricante de materiais descartados (pilhas, baterias, lâmpadas, tonners).
SAQ3	A Cooperativa procura implementar em suas dependências e em suas atividades ações que visam preservar o meio ambiente, a exemplo da coleta seletiva de lixo.
SAQ4	Na sua percepção a Cooperativa promove a educação ambiental para os colaboradores, familiares e comunidade, como forma efetiva de reduzir os impactos ambientais.
SAQ5	A Cooperativa avalia os potenciais impactos ambientais no momento da concessão de crédito.
SAQ6	Empreendimento com impactos ambientais negativos pode ter seu financiamento indeferido.